



Orçamento Regionalizado: começa análise das prioridades

O ciclo de audiências públicas, que debateu as demandas e ações prioritárias dos municípios catarinenses para serem incluídas no Orçamento do Estado de 2005, encerrou-se na sexta-feira (4). Foram realizadas dez audiências, duas por dia, começando por Maravilha e Joinville, e a seguir em Itajaí, Xanxerê, Rio do Sul, Joaçaba, Criciúma, Caçador, São José e Lages, envolvendo todos os municípios catarinenses. Cada grupo de cidades abrangido pela respectiva Secretaria de Desenvolvimento Regional elegeu cinco prioridades, delimitando ainda as ações para sua consecução. Nesta edição, podem ser conferidos os resultados dos encontros nas quatro últimas.

Para a coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, Maria Helena Teixeira Diniz, as audiências públicas deste ano servi-

ram também como uma prestação de contas feita pela Assembleia e pelo Executivo. "Com isso, estamos assegurando a credibilidade do processo. As audiências deste ano, comparativamente aos anos anteriores, desde o primeiro ciclo, em 1997, registraram os maiores avanços, com resultados concretos altamente significativos", avalia. A prestação de contas à população, conforme o presidente da Comissão de Finanças e Tributação e da Coordenadoria do Regionalizado, deputado João Paulo Kleinübing (PFL), é essencial para validar o processo. "Esses encontros para discutir com as regiões suas ações prioritárias são uma obrigação moral do Parlamento", salienta.

Para o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), a participação popular na elabora-

ção do Orçamento do Estado tem crescimento gradativo. "Através das audiências, entendemos as limitações das finanças públicas e selecionamos as prioridades. Embora haja variações de arrecadação, de contingenciamento orçamentário, isso não invalida o processo de descentralização e democratização", afirma Morastoni.

Concluído o ciclo de audiências, o governo vai reunir os técnicos das secretarias regionais, Secretaria Estadual do Planejamento, Orçamento e Gestão, Comissão de Finanças e Tributação, e Coordenadoria do Orçamento Regionalizado da Assembleia Legislativa, dos conselhos de Desenvolvimento Regional e um conselheiro de cada uma das 29 secretarias regionais, eleito nas audiências públicas deste ano. Serão avaliados, dentro dos indicativos apontados pela população, quais podem ser realizados de acordo com a disponibilidade de recursos.

Páginas centrais



(foto Carlos Kilian)

Grande Florianópolis quer zoneamento ecológico. Na foto, o centro histórico de São José

CPI da Casan

Novos prejuízos comprovados

Um verdadeiro esquema envolvendo advogados indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores da estatal e os defensores da empresa foi o que indicaram os depoimentos colhidos na segunda-feira (7) pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investiga a origem do passivo trabalhista da Casan, presidida

pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT). Foram ouvidos 10 servidores da empresa na 32ª reunião de trabalho da Comissão.

Mais uma vez, as declarações deixaram perplexos os deputados integrantes da CPI. O relator, deputado Mauro Mariani (PMDB), e o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP),

além do presidente, constataram a facilidade dos servidores em promover ações contra a estatal e com elas receber vultuosos valores de indenizações trabalhistas, sem que os defensores fizessem o contraditório. A maioria é reclamante de ações de nível, e desconhece as próprias postulações na Justiça do Trabalho.

Página 7

Seminário debate eleições

Durante dois dias, na quinta e sexta-feira (3 e 4), vereadores, pré-candidatos às eleições, prefeitos, servidores e eleitores em geral discutiram com promotores e especialistas as questões le-

gais que envolvem o pleito, no Seminário sobre Legislação Eleitoral realizado pela Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT).

Página 3

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

*Em Caçador a regionalização do Hospital Jonas Ramos ficou no topo das prioridades*

Ações em defesa da mulher

Até o dia 5 de novembro, todas unidades de serviços de saúde da rede pública e privada de Santa Catarina deverão se adequar ao cumprimento da Lei 12.947, de 05/05/2004, que estabelece a notificação compulsória de todas as ocorrências de violência física, psicológica ou sexual contra a mulher. Esta lei teve origem em um projeto de nossa autoria, que além de assegurar o atendimento das vítimas também dará acesso a dados sobre a realidade estadual, indispensáveis para a tomada de medidas necessárias.

É que a lei também prevê a criação de um Comitê Técnico Intersetorial de Acompanhamento das Notificações, entre cujas atribuições está a de formular e recomendar as políticas públicas - não só de atendimento às mulheres catarinenses, mas, principalmente, de prevenção e erradicação -, consoantes com as características da incidência dos casos notificados. Também com base nas estatísticas resultantes da notificação compulsória o Governo poderá promover a capacitação e reciclagem de profissionais de áreas diversas para os serviços nas comunidades.

As ações decorrentes da Lei 12.947/2004 são um significativo avanço. Basta lembrar que a situação nacional é mascarada pela ausência de informações oficiais sobre a violência contra as

mulheres. Os estudos existentes são superficiais e não retratam a incidência em estados e municípios, o que em Santa Catarina poderemos ter acesso a partir de agora, com relatórios semestrais a serem divulgados pela Secretaria de Estado da Saúde.

Sabemos através do mais recente relatório mundial divulgado pela OMS (Organização Mundial de Saúde), datado de outubro de 2002, que no Brasil, entre 10% e 34% de mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente por parceiros íntimos em algum momento de suas vidas. O relatório revela ainda que a maioria das vítimas de agressão física está sujeita a múltiplos atos de violência por longos períodos de tempo e que a violência física nas relações conjugais está frequentemente acompanhada de abuso psicológico e, em um terço até mais de metade dos casos, por violência sexual.

Para a OMS, a violência contra mulheres é definida como um grave problema de saúde pública, que afeta milhões de pessoas a cada ano em todo o mundo. Em Santa Catarina estamos tomando a dianteira ao reconhecer esta violência como problema social grave através da Lei 12.947/2004 e ao encará-lo de frente, buscar sistemas efetivos para pôr fim a essa verdadeira guerra velada e desigual que se estabelece dentro dos lares, onde mulheres convivem com a dor, o medo e a vergonha.

Deputada Ana Paula Lima (PT)

Rodovia Transpolenteira

Há um projeto que, se for concretizado, vai se transformar, com certeza, num forte propulsor do desenvolvimento turístico da Região Sul catarinense e, em especial, da região carbonífera (Amrec): trata-se da tão sonhada Rodovia Transpolenteira, uma referência cultural ao imigrante italiano, mas que, na prática, traria enorme progresso a todas as comunidades sulinas, a todas as etnias. Inclusive, levamos essa reivindicação à audiência do Orçamento Regionalizado, realizada recentemente em Criciúma.

A Transpolenteira é uma antiga aspiração regional que, na década de 90, foi imaginada como a Rodovia dos Imigrantes e que, no nosso entendimento, tem condições, agora, de se transformar em realidade. A primeira iniciativa seria estadualizar o atual traçado, um trecho que serve de ligação para sete municípios. Depois, incluir a proposta na LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias) que cuidará do Orçamento do Estado para 2005 e, ainda, aproveitar as vantagens do Prodetur (Programa nacional de desenvolvimento turístico) para garantir mais aportes de recursos à viabilização do projeto.

A rodovia reivindicada seria, na realidade,

a estrada geral que uniria Praia Grande a Grão-Pará, passando por Jacinto Machado, Timbé do Sul, Morro Grande, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Lauro Müller, Orleans e Braço do Norte, abrangendo as serras do Faxinal, do Timbé, do Rio do Rastro e do Corvo Branco. Todos esses segmentos, por sua vez, estariam interligados ao chamado Caminho das Neves, a rodovia estadual que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. Vale observar que o Prodetur tem recursos de 20 milhões de dólares para uma determinada programação, onde essa rodovia está incluída.

Além disso, a Rodovia Transpolenteira iria favorecer-se, ainda, da proximidade com a BR-101 e com a Rodovia Interpraiais, que liga o Extremo-sul do Estado a Florianópolis. Há, ainda, um fator extra: a Barragem do São Bento, em Siderópolis, uma obra fundamental para o abastecimento da população e lavouras da região e, por si só, um excelente objeto para o turismo. Para a Barragem, estudamos um projeto de turismo auto-sustentável que aproveitaria todo o potencial criado com o alagamento de enorme área pelas obras do reservatório.

Deputado Valmir Comin (PP)

TVAL na sua parabólica

Santa Catarina está no ar. Agora você assiste ao Jornal da Assembléia nos canais 13, 17 ou 18 da parabólica na TV Executiva da Embratel, entre os canais Rede Vida e o Futura.

É o primeiro telejornal transmitindo para antenas parabólicas que traz as informações do Legislativo catarinense, produzidas pela TV da Assembléia e o noticiário nacional, produzido pela Radiobrás. É o sinal da democracia na sua televisão.

Participe ligando para 0800-645-7890, entre 12h e 13h30. Suas perguntas serão respondidas nas edições seguintes do Jornal da Assembléia. Jornal da Assembléia: segunda, quarta, quinta, às 12h30, e terça, 11h55. Revista da Semana: sexta, 12h30.

Transição do governo FHC - Lula em livro

Com o apoio da Assembléia Legislativa, do Curso de Serviço Social da Unisul - Campus Pedra Branca, da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais) foi lançado na segunda-feira, 7, o livro "A Era FHC e o Governo Lula: Transição?". Publicado pelo Inesc (Instituto de Estudos Sócio-econômicos de Santa Catarina), a obra analisa os avanços das políticas públicas nos oito anos do governo FHC, e o diagnóstico da herança deixada para o governo Lula. O enfoque predominante são o Orçamento e o cenário deixado para a nova administração. Os temas tratados

são a Reforma do Estado, Política Fiscal, Educação, Saúde, Reforma Agrária, Políticas de Fronteira, entre outros.

O Inesc é uma ONG que está completando 25 anos de existência e trabalha para contribuir para o fortalecimento da democracia por meio de políticas públicas como instrumentos dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental.

Após o lançamento do livro, José Antônio Moroni, integrante do Colegiado de Gestão do Inesc e da diretoria nacional da Abong, proferiu palestra no Plenarinho sobre o tema da publicação às 20 horas. (GMP)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751
Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Legislação eleitoral debatida na Alesc

Carlos Agne e Rubens Vargas

As informações completas sobre os procedimentos nos financiamentos da campanha eleitoral, a prestação de contas e a responsabilidade dos administradores públicos foram temas de mesa-redonda realizada na manhã de sexta-feira (4), no Plenarinho. O Seminário sobre Legislação Eleitoral foi iniciado na tarde de quinta-feira (3) com a palestra do promotor público Pedro Roberto Decomain. Todas as atividades do evento foram mediadas pelo professor Clovis Pires da Silva, coordenador do Ensino a Distância da Escola do Legislativo.

A secretária da Administração e Orçamento do Tribunal Regional Eleitoral, Denise Schlickmann Sobierajski, falou sobre financiamento de campanha e a prestação de contas dos gastos dos candidatos, partidos e coligações, inseridos na legislação aplicável 2004, na Lei nº 9504/97, na resolução do TSE nº 21609/2004, a Instrução Normativa Conjunta da SRF/TSE nº 416/04 e a Carta Circular do Bacen nº 3135/04. "Essa novidade vai possibilitar a regulamentação das contas de campanha, embora já exista a parceria entre a Receita Federal e o Tribunal Superior Eleitoral desde 2002, para que possa ser feita a fiscalização das arrecadações e gastos dos candidatos e partidos on line.

As fontes de arrecadação, esclareceu, podem ser provenientes de recursos próprios, de doações, de fundos partidários ou receita de comercialização de bens ou serviços. O candidato a vice não precisa fazer a prestação de contas em separado.

Impedimentos - O coordenador de Recursos do Tribunal de Contas, Marcelo Brognoli da Costa, apresentou a palestra *Lei Eleitoral: Impedimentos e Proibições de Final de Mandato*. Marcelo entende que existem fatores que podem receber a colaboração do TCE (Tribunal de Contas do Estado), para que as eleições sejam coroadas de transparência no que se refere à ligação com o Poder Público.



Seminário reuniu especialistas, juristas, candidatos e eleitores

Aperfeiçoamento da democracia

(fotos Bruno Corrêa da Silva)

A mesa-redonda "A legislação eleitoral e o aperfeiçoamento da democracia", realizada na sexta-feira (4), no Plenarinho, encerrou o seminário. A discussão contou com a participação do secretário executivo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) - Regional SUL IV- SC, Domingos Dorigon, e de representantes de partidos políticos como a deputada federal Luci Choinaski (PT), o secretário geral do PMDB no Estado, Adélcio Machado, e Everton Ribeiro, do PTB.

Segundo o Padre Dori-



Deputada Luci defendeu o financiamento público e recursos limitados

gon, desde a Constituição de 1988 a CNBB tem se empenhado na prerrogativa da sociedade civil organizada apresentar projetos de lei de iniciativa popular, o que acabou ocorrendo com a Lei nº 9.840, fruto de uma mobilização que resultou, no final de 1997, no acolhimento de 1, 2 milhão de assinaturas. Ele citou ainda a formação de comitês contra a corrupção eleitoral, uma parceria entre a sociedade e os juizes eleitorais, idéia assumida pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e que foi implantada nas eleições de 2000 em Chapecó, Quilombo e Joinville.

A deputada Luci defendeu o financiamento público de campanha, além de recursos limitados para os candidatos, para coibir a força do poder econômico das eleições. Já Adélcio Machado demonstrou preocupação quanto à Lei 9.840, por considerar que o julgamento não deve ser breve em virtude de armadilhas feitas no acirramento da disputa eleitoral. Para Everton Ribeiro, a legislação eleitoral precisa ser aplicada com eficácia e isto será possível se o Poder Judiciário tiver mecanismos e condições para dar uma resposta à sociedade.

ACIC comemora aniversário

Os 60 anos de fundação da ACIC (Associação Empresarial de Criciúma) foram comemorados na noite de quarta-feira (2), com uma sessão solene solicitada pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB). O parlamentar presidiu o evento, que também contou com a presença do deputado Valmir Comin (PP), do prefeito de Criciúma, Décio Góes (PT), do vice-prefeito, Carlos Alberto Barata, do presidente da ACIC, Edilando de Moraes, do secretário da Fazenda do município, Valberto Berkembrock, e do ex-presidente da Associação, Nilson Barata, que esteve no cargo por 18 anos.

Salvaro parabenizou a ACIC, agradecendo, não apenas pelo papel econômico que ela hoje desenvolve, mas também pelo seu trabalho social, que em todos estes anos nunca foi esquecido. "Esta é uma entidade cuja história se confunde com a própria história de Santa Catarina, marcada por muito trabalho, sempre contornando os problemas com soluções modernas", disse. Comin também enfatizou a importância social da ACIC, que liderou bandeiras importantes como a duplicação da BR-101, além das obras da barragem do rio São Bento.

Uma placa comemorativa foi entregue a Edilando de Moraes, que a recebeu emocionado. Em seu discurso, fez um breve relato da história da ACIC e sobre como ela trabalha para manter Criciúma sempre à frente de seu tempo. "Os 60 anos de nossa entidade só comprovam a visão futurista dos empresários de nossa cidade, que sempre se organizaram em prol de uma sociedade melhor para todos." Ele encerrou seu discurso mostrando uma camiseta do Criciúma Esporte Clube, um dos principais orgulhos dos criciúmenses.

História de sucesso - O primeiro presidente da então Associação Comercial de Criciúma foi Antônio Roque Júnior, que permaneceu no cargo até 1951. No início, as atividades da ACIC se resumiam ao envio de relatórios sobre a cidade, para Florianópolis e Porto Alegre, com a finalidade de atrair a instalação de mais lojas e bancos. Entretanto, a fim de consolidar o setor carbonífero como principal atividade econômica, as lideranças locais se mobilizaram, transformando a antiga Associação Comercial em Associação Comercial e Industrial de Criciúma, em 21 de janeiro de 1952. Em 2001, o nome foi alterado para



Presidente da Associação recebeu a placa da Assembléia em homenagem à instituição

Associação Empresarial de Criciúma. A entidade hoje tem vários projetos, entre eles o Projeto Empreendedor, que tem como objetivo contribuir para quebrar o isolamen-

to das micro e pequenas empresas, promovendo o associativismo, o desenvolvimento da empresa, do setor e da economia. (TK)

Regionais de Criciúma, Laguna, Tubarão e Araranguá

Local de realização: Criciúma

Na terceira e penúltima audiência pública do Orçamento Regionalizado pelo litoral, realizada na quinta-feira (3), em Criciúma, no auditório da Amrec (Associação dos Municípios da Região Carbonífera), estiveram reunidos representantes das secretarias de Desenvolvimento Regional de Criciúma, Tubarão, Araranguá e Laguna. O encontro foi aberto pelo presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), e contou com a participação dos deputados Valmir Comin (PP), Genésio Goulart (PMDB), Altair Guidi (PP), Julio Garcia (PFL), Joares Ponticelli (PP), José Paulo Serafim (PT), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Manoel Mota (PMDB) e Clésio Salvaro (PSDB). Presentes, prefeitos das três regiões, vereadores, representantes de diversas entidades, num total de 166 participantes.

Claudionor de Vasconcelos, presidente da Amrec, prefeito de Morro da Fumaça, disse que os municípios da região carbonífera esperam ansiosos por "um grande número de obras", e que espera resultados concretos com as audiências públicas. (RMPP)

SDR de Araranguá

- Hospitais públicos com qualidade para a região;
- Ligação asfáltica entre Morro dos Conventos e Arroio do Silva e asfaltamento do centro de Timbé do Sul;
- Construção da Barragem de Rio do Salto;
- Universidade pública na região;
- Implantação de políticas públicas para geração de emprego e renda na região.

SDR de Criciúma

- Pavimentação e restauração da malha viária da região da Amrec;
- Saneamento básico;
- Hospital público regional com UTI neonatal e pediátrica;
- Políticas públicas para criação de programas voltados à criança e ao adolescente, nas áreas do esporte, turismo, lazer e cultura;
- Apoiar setores produtivos da região que geram emprego e renda sustentável (cerâmica, vestuário, calçadista, plástico, agricultura, reciclagem e ecoturismo).

SDR de Laguna

- Pavimentação asfáltica Camacho/Farol/Ponta da Barra e acesso à balsa;
- Pavimentação asfáltica Paulo Lopes/Garopaba;
- Desassoreamento do complexo lagunar;
- Saneamento básico;
- Melhorias nas estruturas físicas das unidades de saúde.

SDR de Tubarão

- Acesso asfáltico aos municípios da região;
- Conclusão das obras do Aeroporto Regional de Jaguaruna (a construção, que encontra-se paralisada, já recebeu investimentos de R\$ 8 milhões);
- Apoio financeiro aos hospitais da região para reestruturação e ampliação de áreas físicas e aquisição de equipamentos para exames de alta complexidade;
- Implantação de saneamento básico;
- Programas de emprego e moradia. (RMPP)



Comin, Vieirão, Guidi, Ponticelli, Goulart, Mota, Morastoni (em pé), prefeito Góes e Julio Garcia



Regional de São José

Local de realização: São José

O auditório da Fundação Catarinense de Educação Especial, em São José, foi sede, na tarde de sexta-feira (4), da última audiência pública do Orçamento Estadual Regionalizado pelo litoral, onde compareceram 300 pessoas. As audiências, num total de cinco na região, foram iniciadas na última segunda-feira (31/5), em Joinville, passando por Itajaí, no dia 1º, dia 2 em Rio do Sul e no dia 3 em Criciúma.

Esses encontros, tiveram o objetivo de eleger cinco demandas, com três ações, para serem incluídas no Orçamento do Estado de 2005. Participaram representantes da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, autoridades de cada município, associações e enti-

dades representativas de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Biguaçu, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz e Florianópolis. Estiveram presentes os deputados Djalma Berger (PSDB), João Henrique Blasi (PMDB) e Afrânio Boppré (PT).

Também compareceram, o secretário estadual da Educação, Jacó Anderle, a secretária-adjunta do Planejamento, Orçamento e Gestão, Anita Pires, e o secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Válder Galina. Responsável pela administração das ações do Executivo estadual nos dez municípios da Grande Florianópolis, Galina disse que muitas são as reivindicações dessa área. A declaração foi reforçada pelos prefeitos, que alertaram para

a necessidade de atenção do governo em relação aos municípios do interior, evitando principalmente, entre outros aspectos, o êxodo rural naqueles que têm vocação agrícola. Eles solicitaram também acesso asfáltico e atenção especial para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que abrange nove municípios da Grande Florianópolis e, segundo eles, apresenta problemas ambientais e sociais.

A escolha das cinco demandas gerou polêmica entre os participantes, que depois de muita discussão elegeram como prioridades para a regional que abrange a região da Grande Florianópolis, com possibilidade de serem incluídas no Orçamento do Estado para 2005, os seguintes setores:

Prioridades eleitas:

- pavimentação de rodovias (SC-407 Anitápolis/BR-282, Praia do Sonho/Pinheira e São José/São Pedro de Alcântara);
- criação de programas para a distribuição de recursos para a educação infantil e ensino médio;
- zoneamento ecológico-econômico para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, alterando o tipo de uso do parque com nova demarcação;
- criação de política para privilegiar os agricultores da região;
- implantação de média e alta complexidade (programação pactuada e integrada das ações e serviços de assistência à saúde). (RMPP)



Trezentas pessoas lotaram auditório para indicar prioridades da Grande Florianópolis

Regionais de Caçador, Canoinhas e Videira

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Grupo de trabalho elabora árvore de problemas e aponta ações em Caçador

Local de realização: Caçador

As principais demandas apresentadas pelas regionais de Caçador, Videira e Canoinhas na audiência pública do Orçamento Regionalizado são nas áreas de saúde e segurança pública. No encontro realizado na quinta-feira (3), no auditório da UnC (Universidade do Contestado), em Caçador, cerca de 140 pessoas apontaram como desejo da população ações pela regionalização do Hospital Jonas Ramos, no município, a construção e credenciamento de um Centro Oncológico, além de investimentos na compra e manutenção de equipamentos aos hospitais da região. Na área da segurança, a construção de um Centro de Internamento Provisório, um presídio regional e a ampliação dos recursos humanos das polícias Civil e Militar foram as principais ações buscadas pela população.

Os encaminhamentos das prioridades dos 21 municípios que compõem as regionais de Caçador, Videira e Canoinhas foram acompanhados pelos deputados Reno Caramori (PP), Odete de Jesus (PL), Antônio Ceron (PFL), Dionei Walter da Silva (PT) e Jorginho Mello (PSDB). (SD)

Regionais de Lages, São Joaquim e Curitibanos

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Local de realização: Lages

A audiência pública, que aconteceu no dia 4, sexta-feira, no Salão CAVE-UDESC e reuniu cerca de 230 representantes dos municípios que compõem as regionais, contando com a presença dos deputados Antônio Ceron (PFL), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que integra a Comissão de Finanças e Tributação, Francisco Küster (PSDB) e Onofre Agostini (PFL), 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa.

A região do Planalto Serrano tem sua economia alicerçada na agropecuária, fruticultura, silvicultura, turismo rural e indústria madeireira. As ações apontaram a necessidade de investimentos comuns às três regionais, na área de infra-estrutura, com obras de terraplanagem e pavimentação com destaque para as implantações da Rodovia da Madeira e o Caminho da Neve. Também foram apontadas como prioridades a educação, com a capacitação de profissionais e expansão da Udesc, a agricultura, com a orientação e fiscalização do uso de agrotóxicos, construção de moradias rurais e armazenagem de produtos agrícolas, a saúde, com a implementação de centros de referência regional para atendimento em diagnóstico e terapia e a área social, com o desenvolvimento de programas que atendam crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social. (SD)

SDR de São Joaquim

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão no trecho de São Joaquim, da Rodovia Caminho da Neve;
- Terraplanagem, supervisão e pavimentação dos trechos Urupema/Grão Pará e Urubici/Grão Pará;
- Conclusão de habitações urbanas isoladas ou de conjuntos habitacionais;
- Aquisição de equipamento, mobiliário, material de consumo e pedagógico para atendimento de alunos carentes;
- Implantação de rede coletora, tratamento e destino final do esgoto sanitário.



Abertura do encontro que elegeu prioridades para o Planalto Serrano

SDR de Lages

- Capacitação nas áreas do conhecimento em níveis 1, 2, 3 e superior e para o ensino fundamental;
- Capacitação descentralizada dos profissionais do ensino médio;
- Auxílio as unidades de saúde sem fins lucrativos conveniadas ao SUS;
- Estruturação de centros de referência regional para atendimento em diagnóstico e terapia;
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão dos trechos Rodovia da Madeira, Anita Garibaldi/Celso Ramos, Abdon Batista/Anita Garibaldi.

SDR de Curitibanos

- Descentralização dos Cedup;
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho perimetral em Curitibanos da SC-457/BR 470 e Curitibanos a São José do Cerrito;
- Asfaltamento da SC-451 em Curitibanos, Frei Rogério passando pelos núcleos tritícola e Celso Ramos;
- Viabilização de conjuntos de armazenagem emergencial para a pequena propriedade;
- Armazenagem de produtos agrícolas. (SD)

SDR de Caçador

- Implantação da rede coletora, tratamento e destino final do esgoto sanitário;
- Implementação, melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água;
- Construção, ampliação e reforma das Escolas de Jovens e Adultos;
- Capacitação à distância para educadores do ensino médio;
- Capacitação, ampliação e reformas para atender o ensino médio.

SDR de Videira

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão dos trechos Salto Veloso/Herciliópolis; Pinheiro Preto/Iomerê; Iomerê/Bomsucesso/Treze Tílias;
- Construção de centro de atendimento para adolescentes dependentes químico;
- Construção de estabelecimento penal;
- Reforma das instalações físicas para a Polícia Militar;
- Ampliação e adequação da infra-estrutura do aeroporto de Videira.

SDR de Canoinhas

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão dos trechos Santa Cruz do Timbó/Despraidado; Bela Vista do Toldo e Canoinhas/Major Vieira;
- Conclusão do Centro Oncológico do Hospital São Brás e aquisição de mobiliários e equipamentos;
- Programação pactuada e integrada das ações e serviços de assistência à saúde;
- Mobiliários e equipamentos para implantação de Hospital Regional para atendimento de urgência e emergência;
- Adequação e credenciamento de consórcios intermediários de saúde no SUS.

A plenitude da maturidade na arte de pintar

Denise Arruda Bortolon

Este é o título da obra que deu o prêmio Concurso Talentos da Maturidade, promovido pelo Banco Real ABN AMRO de 2003 à pintora nascida em Santos, radicada há mais de 20 anos em Santa Catarina, Marilina Bernal Penteado Dias, que assina em suas obras somente Marilina Bernal. Mãe de cinco filhos, Marilina, 61 anos, sempre se dedicou à pintura, tendo participado de vários salões e recebido diversos prêmios. A sua arte retrata expressões de pessoas em certas situações, seja no lazer, trabalho ou no cotidiano.

AL Notícias - Como teve a idéia de ingressar no concurso?

Marilina Bernal - Através da televisão, porque é a partir dos 60 anos, mas eu já participei de outros salões que não foram concursos. E, na minha opinião, para o artista considerar-se um profissional ele tem que participar de salão, porque sua obra é julgada por uma mesa de cinco a sete jurados, críticos de arte que vão definir se sua obra entra ou não. Então, a partir daí ele é um profissional.

AL Notícias - Quais foram as outras premiações?

Marilina - Recebi prêmios nos salões de Artes de Itajaí e de Chapecó, depois no Salão de Paisagens, também em Itajaí, e em Blumenau.

AL Notícias - O que representa o prêmio Talentos da Maturidade para você?

Marilina - Me fez voltar a ser produtiva. Eu andava num período meio improdutivo, por questões de depressão, assuntos particulares e eu só consigo pintar quando estou bem. Eu não uso a pintura como meio para me reanimar. É o contrário. A pintura para mim é a consequência de um estado de espírito. Então, se eu não estiver bem eu não pinto, não é um lazer, embora eu acredite muito na técnica da pintura como terapia. Acho que

todas as escolas, entidades hospitalares, instituições de correção, deveriam usar a pintura, porque através dela você sabe qual é o problema, qual é a ansiedade que essa pessoa sofre. Ela serve como lazer e como uma maneira de transmitir aquele problema, aquela situação que a pessoa está passando. Acho que a pintura tem dois caminhos, um de expressar profissionalmente a sua linha, o seu trabalho, e a outra como terapia.

AL Notícias - O que a fez vir para Santa Catarina?

Marilina - Eu tinha uma vizinha em São Paulo que era daqui. Ela estava voltando para cá, para morar em Itajaí, e me convidou para vir. Na época, fiquei meio constrangida, com cinco crianças, vir para um apartamento. Mas, no ano seguinte ela voltou São Paulo para fazer compras, foi lá em casa e insistiu que eu viesse. Em junho de 1980, eu vim para Itajaí, conheci Cabeçadas e, na manhã seguinte, na hora em que vi aquele mar, aquela paisagem, eu pensei: é para cá que eu venho. Não tinha nem um vínculo empregatício, nem nada que me impedisse de vir. Deixei minha casa alugada, e minhas amigas me ajudaram a procurar uma casa para alugar aqui e escola para meus filhos. Em 1981, eu já estava morando aqui.

AL Notícias - A vinda para Santa Catarina influenciou na sua arte?

Marilina - Sim. Não posso dizer



"Minha mãe foi minha grande incentivadora"



Marilina e a obra premiada "Cena de Bar"

que se tivesse ficado em São Paulo teria sido melhor ou pior. No entanto, eu acho que o artista depende do seu estado de espírito, ele vai inspirar-se tanto numa metrópole como numa pequena. Eu espero ainda que minhas obras sejam vistas num centro maior, como São Paulo. Em Belo Horizonte, elas já foram mostradas e agora eu tenho um projeto em Brasília. Mas antes quero batalhar para ter um centro de terapia e um centro para divulgação de artes infantis na minha cidade, Bombinhas. Quero estimular a criação, porque eu não quero que as crianças sofram a influência de professores que dão a arte direcionada. Não, eu quero que elas recebam apoio naquilo que elas sabem fazer para que não percam a sua criatividade.

AL Notícias - Por que assina Marilina Bernal?

Marilina - Meu nome completo é Marilina Bernal Penteado Dias, e Bernal era o sobrenome da minha mãe. Mamãe sempre deu muito incentivo em questões de arte. Eu me formei também em música, pelo Conservatório Musical de São Paulo, fiz dança flamenca, dança espanhola, sapateado. O que era arte eu ia fazendo. Ela sempre me incentivou muito, dava muito apoio, mas ela não conheceu esse meu lado pictórico, ela já havia falecido. É uma maneira de homenagear a minha mãe.

AL Notícias - Como e com que idade você começou a pintar?

Marilina - Pinto desde criança, mas profissionalmente a partir de 1977, 1978, quando terminei a Escola de Artes. Em 1980 fiz uma exposição, antes de vir para Santa Catarina, em São Paulo no Café Society, mas no currículo eu nem coloco porque foi uma experiência, porém muito interessante. As outras eu já fiz aqui em Santa Catarina. Fiz um curso de artes, porque, mais jovem, eu me interessava muito por fotografia, mas deixei passar e depois que me casei comecei a frequentar a Escola de Artes em São Paulo, em 1977, só que a escola te ensina a técnica, ela não faz de você um artista.

AL Notícias - Qual é a sua li-

nha de trabalho?

Marilina - A minha obra é figurativa. Me espelho muito na linha que trabalhava a Escola de Paris, grupo Fouve, que foi pós-impressionismo. Esses artistas faziam seus trabalhos quebrando alguns conceitos de escolas. Não seguiam nem o cubismo, nem o impressionismo em si, ou o expressionismo. Eles simplesmente usavam a cor como fator pictórico, sem se importar onde seria colocada aquela cor. Ou seja, eles poderiam usar o verde no céu, como o azul no rosto. A cor só tinha efeito plástico. E eu gosto muito dessa liberdade, seria quase que uma Escola Fouve ou Matisse, mas nos dias atuais, na época de hoje.

AL Notícias - Que materiais você prefere usar?

Marilina - Pinto em vários materiais, sobre madeira, papel, cerâmica, cada suporte desses dá uma resposta e exige uma determinada técnica. Só se aprende isso fazendo. Eu acho que até hoje nada é novo e temos muito a aprender. Mas gosto muito de pintar sobre o papelão. A hora em que eu diluo a tinta a óleo, essa comum de bisnaga, no que-rosene, que é menos tóxico que os outros solventes, ele dá um aquarelado, o efeito dele é de aquarela, mas ele absorve muito rápido. Espero secar aquela primeira guarda, aí eu vou trabalhando em cima, colocando mais tinta onde eu quero mais denso e é uma resposta rápida, não me dá aquela chance de ficar lambuzando tinta a óleo. Em tela eu gosto muito de trabalhar com acrílico, porque também é de secagem rápida e eu tenho resposta imediata.

Concurso Talentos da Maturidade

Para poder participar do Concurso, basta ter idade igual ou acima de 60 anos, em todo o território nacional, independente de grau de instrução e de ser ou não cliente do banco. As inscrições vão até 13 de agosto deste ano.

CPI da Casan

Ações são amparadas pelo sindicato

Carlos Agne

As denominadas ações de nível reclamam adequações à tabela do Plano de Cargos e Salários, decorrente de acordo entre empresa e empregados em 1994 cujo documento original não foi encontrado na Delegacia Regional do Trabalho nem na Comissão de Política Financeira do Estado. A tabela define as referências para as promoções salariais e servem de base para as alterações nos vencimentos, por merecimento ou tempo de serviço, teoricamente. A progressão horizontal agre-

ga 1,23% no salário a cada ano e a progressão vertical, 5%.

As evidências de que os servidores da Casan, que entraram com ações trabalhistas, não sabiam o que estavam reclamando e que foram induzidos por advogados para ganhar as ações de níveis, foram se concretizando a cada testemunha ouvida na última segunda-feira (7). "Ouvimos 10 servidores que entraram com ações de níveis ganhas no Tribunal Regional do Trabalho e ficou claro que eles foram induzidos por advogados que, segundo in-

formaram, foram indicados pelo sindicato da categoria. Eles reclamavam o cumprimento do Plano de Cargos e Salários, implantado em 1991, e alegam que a empresa não cumpriu com o acordado com os trabalhadores. São valores vultuosos. Para se ter idéia, uma das ações, onde está o Emanuel José Vítor, da filial de Balneário Camboriú, juntamente com mais 10 servidores, a reclamatória atinge R\$ 1 milhão e 187 mil. A Casan confessou essa dívida por R\$ 795 mil", observou o deputado Dionei Walter da Silva (PT), presidente da CPI.



Depoimentos levam a crer que servidores foram induzidos por advogados

Advogados da estatal não faziam contraditório

O relator, deputado Mauro Mariani (PMDB), considera que o abuso vai mais longe, pois com essa equiparação dos níveis, mesmo depois de ter recebido os valores retroativos de 2000 para a data do Plano de Cargos e Salários, eles passam a sofrer aumento no seu salário-base. No caso da testemunha Mo-



Vieira Júnior teve 40% a mais no salário

acir Vieira Júnior, o valor chegou a atingir mais de 40% de aumento. É um absurdo", entende o parlamentar. Engrossando o coro da perplexidade, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) afirma que não consegue entender como os funcionários reclamaram de uma situação que desconhecem, que é o Plano de Cargos e Salários. "O que sentimos é que foram induzidos por advogados", assinala. Os depoentes, em

sua maioria, citaram o nome do advogado criciunense, Evandro José Lago, como o defensor de suas ações. "Eles afirmam que o advogado se reunia com eles e apontava quem poderia ganhar as ações de níveis. O engraçado, também, é que, segundo os depoimentos, os advogados da Casan sequer propunham acordos ou falavam nas audiências. Isso é muito estranho", complementou o relator da CPI.

Lopes não encaminhou documento

Até o fechamento desta edição, a assessoria técnica da CPI não havia recebido os documentos prometidos pelo advogado Moacir Lopes Ern. Membro da Comissão de Ética e Disciplina da OAB em Joaçaba, Ern é suspeito de ter se apropriado de valores que ultrapassam R\$ 45 mil. A CPI constatou que o advogado sacou os alvarás judiciais que deveriam voltar aos cofres da estatal mas que foram depositados em suas contas particulares no BESC e na Caixa Econômica de Lages.

Moacir Ern obteve o prazo de 10 dias para comprovar que os valores foram entregues à empresa na Regional de Lages. O prazo expirou na segunda-feira (7) mas

o presidente Dionei Walter da Silva (PT) afirma que aguardará mais alguns dias, pois pode ter sido enviado via Correios, valendo o carimbo postal. Este é o segundo caso de apropriação descoberto pela Comissão, que já identificou um des-



Moacir Lopes Ern



Rubens João Machado

vio de R\$ 1,3 milhão, feito pelo advogado Rubens João Machado, que se apropriava das sobras judiciais. Machado foi suspenso provisoriamente pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB e pode perder seu registro, caso seja condenado pelo Tribunal Pleno de Ética da Ordem.

Agenda

Dia 14, 9h - Audiência da Comissão de Legislação Participativa

Local: Plenário

Dia 14, 15h - CPI da Casan - Depoimentos

Local: Sala das Comissões

Dia 14, 19h - Sessão solene de entrega de troféu pela participação na 1ª Marcha Pró-duplicação da BR-101

Local: Plenário

Dia 15, 10h - Audiência pública - Com o secretário de Administração, Marcos Vieira.

Local: Sala das Comissões

Dia 15, 18h30min - Comissão de Educação

Local: Plenário

Dia 15, 19h - Lançamento da Festa Brasileira da Maçã - Fraiburgo

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 16, 19h - Sessão solene de outorga de Medalha Comunitária Assembleia Legislativa e Lions catarinense

Local: Plenário

Dia 17, 8h30min - Seminário para Preservação da Bacia do Rio Uruguai - Aquífero Guarani

Local: Auditório da Universidade do Contestado - Curitiba

Dia 17, 8h30min - Abertura oficial do II Ciclo de Debates do Legislativo Municipal - Escola do Legislativo

Local: Câmara Municipal de Lages

Dia 17, 15h - Sessão solene em homenagem à Igreja Universal do Reino de Deus

Local: Plenário

Depoimentos

Na segunda-feira (14), a CPI da Casan espera ouvir os advogados que defenderam os servidores nas ações trabalhistas contra a empresa. São eles: Douglas Mattos, Evandro Lago, Sérgio Luiz Piva, Marcelo Della Giustina e Divaldo Luiz de Amorim.

Energia que vem do vento

Rose Mary Paz Padilha

Até pouco tempo, o motorista que trafegava à noite pela Serra do Rio do Rastro enfrentava a insegurança de percorrer a rodovia apenas com a iluminação dos faróis do veículo. Em maio de 2002, esse problema deixou de existir, com a iluminação do trecho asfaltado de seis quilômetros, que faz parte da SC-438, que liga o litoral sul à serra catarinense. O que pouca gente sabe é que essa estrada sinuosa e de grande beleza, construída entre 1870 e 1903, tem iluminação que provém de um tipo especial de energia: a energia eólica, gerada através do vento.

É no topo da serra, próximo ao mirante de onde se avista o litoral sul do Estado, mais precisamente no município de Bom Jardim da Serra, um dos mais frios de Santa Catarina, que está instalada a Usina Eólica de Bom Jardim da Serra, com capacidade de geração de 600 kw. O aerogerador (ou turbina eólica) E-40, fabricado no Brasil pela subsidiária da empresa Wobben Windpower/Enercon, líder mundial em tecnologia eólica, é reconhecido mundialmente como o mais avançado na combinação de qualidade, economia e capacidade de geração. O catavento está instalado em um poste com altura de 70 metros e gira em velocidade constante de 27 rpm (rotações por minuto). Por questão de segurança, se o vento no local atingir 150 quilômetros por hora, o aparelho é desligado automaticamente.

Além de iluminar toda a Serra do Rio do Rastro, a energia eólica tam-

bém abastece os 4.500 habitantes de Bom Jardim da Serra, que tem sua economia baseada na fruticultura e na pecuária. Segundo o prefeito, Essiorni Cardoso da Silva, o aerogerador trouxe muitos benefícios para o município, entre eles o turismo. "Com a serra iluminada, mais turistas visitam nosso município e também querem ver de perto o nosso aerogerador", afirmou.

Cada aparelho tem um custo aproximado de R\$ 1,5 milhão e a energia por ele gerada é comprada pela Celesc e depois repassada aos consumidores. Segundo o engenheiro Ronê de Oliveira, um dos especialistas no assunto, a Usina Eólica de Bom Jardim da Serra foi a primeira em Santa Catarina. Em 2003, foi instalada a

Usina Eólica Horizonte, no interior do município de Água Doce, região Meio-Oeste do Estado, com oito aerogeradores iguais aos de Bom Jardim da Serra e capacidade de geração de 4.800 kW.

O engenheiro tem perspectivas otimistas sobre esse tipo de energia no Estado, que deverá ter crescimento significativo, com instalações em outros municípios catarinenses que integrarão o Parque Eólico de Santa Catarina Ltda, unindo-se aos já existentes em Bom Jardim da Serra e Água Doce. "É uma energia limpa, que não polui e em consequência não traz danos ao meio ambiente."

O deputado Valmir Comin (PP)

Poste instalado a 70 metros de altura sustenta o catavento que abastece a usina



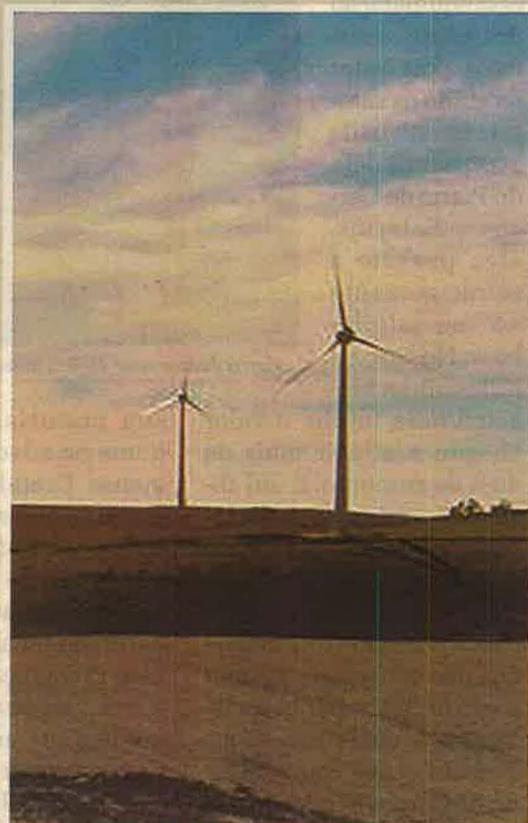
Essiorni Cardoso da Silva

é o autor da lei já sancionada pelo governo catarinense, que incentiva empresas a instalarem novas usinas no Estado com capacidade de geração de até 5 mw ou 5 mil kw. "Nossa expectativa é intensificar esse link com a iniciativa privada, onde o governo concede subsídios fiscais para que o projeto possa ser concretizado. Sem burocracia e sem o peso tributário, os empresários terão mais fôlego para criar novas usinas eólicas em Santa Catarina, colaborando com a preservação do meio ambiente e incentivando também o turismo catarinense".

Uma das grandes vantagens é a produção de energia limpa, não poluente



Os 4.500 habitantes de Bom Jardim da Serra já são abastecidos pelo gerador eólico



Usina tem capacidade de geração de 4.800kW